PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2016

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Planner Corretora de Valores S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da **Planner Corretora de Valores S.A. ("Corretora"),** que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota Explicativa nº 2 - "Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas".

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da **Planner Corretora de Valores S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Corretora e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, onde consta que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Corretora para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1, onde indica que tendo em vista a apresentação de prejuízos operacionais recorrentes, a Administração da Planner Corretora de Valores S.A., em conjunto com seus acionistas, está em busca de adequar sua estrutura operacional e financeira dentro do seu atual volume de negócios, manutenção dos índices de Basiléia em patamares superiores aos requeridos pelo Banco Central do Brasil, e desenvolvimento de um planejamento estratégico que reverta a situação financeira atual. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 12.2, onde consta que a Corretora e a Distribuidora no primeiro semestre de 2011 aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei nº 11.941/09, cujo processo de adesão a este REFIS requer o cumprimento de diversas etapas, entre as quais o pedido de extinção dos processos e a homologação da referida inscrição nesse programa. Em 31 de dezembro de 2016, a homologação e consolidação dos débitos tributários incluídos neste REFIS encontram-se pendentes por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Outros assuntos

A Planner Corretora de Valores S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 31 de março de 2017, com parágrafos de ênfase contendo os mesmos assuntos mencionados acima.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujo principais critérios e práticas contábeis estão descritos no Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Corretora e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração da Corretora incluídas no Conglomerado Prudencial são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Conglomerado Prudencial para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de abril de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

David Elias Fernandes Marinho
Contador CRC 1 SP 245857/O-3

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM:

Valores em R$ mil

		Conglomerado	
A T I V O	**NE**	**31/12/16**	**31/12/15**
CIRCULANTE		**91.314**	**31.994**
DISPONIBILIDADES	**4.**	**2.627**	**145**
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ	**5.**	**57.137**	**6.045**
Aplicações no mercado aberto		57.137	6.045
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS		**9.608**	**7.405**
Carteira própria	**6.a**	6.323	4.688
Instrumentos financeiros derivativos	**6.b**	-	1.102
Vinculados a prestação de garantia	**6.a**	3.285	1.615
OUTROS CRÉDITOS		**21.632**	**18.208**
Rendas a receber	**8.1**	8.440	6.017
Negociação e intermediação de valores	**7.**	11.218	10.424
Diversos	**8.2**	2.844	2.552
(Provisão para outros créditos liq. duvidosa)	**8.3**	(870)	(785)
OUTROS VALORES E BENS		**310**	**191**
Despesas antecipadas		310	191
NÃO CIRCULANTE		**35.821**	**48.505**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**35.145**	**47.605**
TVM E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	**6.a**	**28.207**	**41.249**
Carteira própria		4.210	25.616
Vinculados a prestação de garantia		23.997	15.633
OUTROS CREDITOS	**8.2**	**6.938**	**6.356**
Diversos		6.938	6.356
INVESTIMENTOS	**9.**	**83**	**168**
Particip.coligadas/controladas: no país		38	123
Outros investimentos		45	45
IMOBILIZADO DE USO	**10.**	**455**	**729**
Outras imobilizações de uso		4.450	4.310
(Depreciações acumuladas)		(3.995)	(3.581)
INTANGÍVEL	**11.**	**138**	**3**
Ativos Intangíveis		248	100
(Amortização acumulada)		(110)	(97)
TOTAL DO ATIVO		**127.135**	**80.499**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A
CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM:

Valores em R$ mil

		Conglomerado	
P A S S I V O	**NE**	**31/12/16**	**31/12/15**
CIRCULANTE		**100.422**	**56.291**
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**100.422**	**56.291**
Sociais e estatutárias	**12.1**	-	450
Impostos e contribuições sobre lucros		517	30
Fiscais e previdenciárias	**12.2**	4.244	3.762
Negociação e intermediação de valores	**7.**	91.413	47.878
Diversas	**12.3**	4.248	4.171
NÃO CIRCULANTE		**3.704**	**3.186**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**3.704**	**3.186**
OUTRAS OBRIGAÇÕES		**3.704**	**3.186**
Diversas	**12.3**	3.704	3.186
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**23.009**	**21.022**
Capital:	**13,1**	32.954	32.954
De Domiciliados no país		33.454	33.454
A Realizar		(500)	(500)
Reservas de lucros		539	974
Ajustes de avaliação patrimonial		9	(3)
Lucros (Prejuízos) Acumulados		(12.481)	(13.388)
Participação de terceiros não controladores		1.988	485
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**127.135**	**80.499**

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

Valores em R$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NE	Conglomerado 2º/SEM/16	31/12/16	31/12/15
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**6.428**	**11.334**	**8.898**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6.426	10.695	9.458
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		2	639	(560)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(353)**	**24**	**(393)**
Operações de captação no mercado		-		-
Resultado de operações de câmbio		(27)	(27)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(326)	51	(393)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**6.075**	**11.358**	**8.505**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**(2.389)**	**(7.895)**	**(23.897)**
Receitas de prestação de serviços	**15**	32.900	53.734	40.774
Despesas de pessoal	**16**	(8.075)	(16.340)	(14.228)
Outras despesas administrativas	**17**	(23.339)	(39.553)	(33.776)
Despesas tributárias	**18**	(3.779)	(6.006)	(16.894)
Despesas de provisões operacionais		-	(33)	(33)
Resultado de participação em coligadas e controladas		(41)	(85)	37
Outras receitas operacionais	**19**	462	1.350	1.625
Outras despesas operacionais	**20**	(517)	(962)	(1.402)
RESULTADO OPERACIONAL		**3.686**	**3.463**	**(15.392)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**3.686**	**3.463**	**(15.392)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**21**	**(734)**	**(769)**	**7.219**
Imposto de renda - Corrente		(395)	(410)	(47)
Imposto de renda - Diferido		-	-	4.461
Contribuição social - Corrente		(339)	(359)	(52)
Contribuição social - Diferida		-	-	2.857
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		**(191)**	**(641)**	**(980)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		**2.761**	**2.053**	**(9.153)**
DESPESAS DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		**(1.246)**	**(1.246)**	-

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R$ mil

Período de 01/07/16 a 31/12/16								CONGLOMERADO
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/07/16	33.454	(500)	974	9	(14.089)	19.848	478	20.326
Lucro líquido (prejuízo) do período					2.419	2.419	342	2.761
Juros capital próprio					(1.246)	(1.246)		(1.246)
Reserva especial de lucros			(435)		435	-		-
Participação de não controladores						-	1.168	1.168
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/16	33.454	(500)	539	9	(12.481)	21.021	1.988	23.009
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	(435)	-	1.608	1.173	1.510	2.683

Período de 01/01/16 a 31/12/16								CONGLOMERADO
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/16	33.454	(500)	974	(3)	(13.388)	20.537	485	21.022
Lucro líquido (prejuízo) do período					1.718	1.718	335	2.053
Juros capital próprio					(1.246)	(1.246)		(1.246)
Reserva especial de lucros			(435)		435	-		-
Participação de não controladores	-					-	1.168	1.168
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				12		12		12
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/16	33.454	(500)	539	9	(12.481)	21.021	1.988	23.009
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	(435)	12	907	484	1.503	1.987

Período de 01/01/15 a 31/12/15								CONGLOMERADO
E V E N T O S	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L	PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS NÃO CONTROLADORES	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/01/15	33.454	(500)	901	14	(4.187)	29.682	40	29.722
Lucro líquido (prejuízo) do período					(9.128)	(9.128)	(25)	(9.153)
Constituição de reservas			73		(73)	-		-
Participação de não controladores	-					-	470	470
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos				(17)		(17)		(17)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/15	33.454	(500)	974	(3)	(13.388)	20.537	485	21.022
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	-	-	73	(17)	(9.201)	(9.145)	445	(8.700)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A

CNPJ(MF) 00.806.535/0001-54

Valores em R$ mil

	Conglomerado		
Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	**2º/SEM/16**	**31/12/16**	**31/12/15**
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	2.761	2.053	(9.153)
Depreciações e amortizações	221	427	440
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	326	(51)	393
Resultado de participações em coligadas/controladas	41	85	(37)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	12	(17)
Provisão de impostos no resultado	734	769	99
Impostos diferidos no resultado	-	-	(7.318)
	4.083	3.295	(15.593)
Variação de Ativos e Obrigações	50.417	50.645	9.851
(Aumento) redução em TVM instrumentos derivativos (acima)	4.472	10.839	6.039
(Aumento) redução de outros créditos	8.213	(3.955)	(6.580)
(Aumento) redução de outros valores e bens	(172)	(119)	(54)
Aumento (redução) em outras obrigações	37.904	43.880	10.446
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**54.500**	**53.940**	**(5.742)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(120)	(140)	(3)
Inversões líquidas no intangível/diferido	(148)	(148)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(268)**	**(288)**	**(3)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Participação de terceiros não controladores	1.168	1.168	470
Pagamento de juros de capital próprio	(1.246)	(1.246)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(78)**	**(78)**	**470**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**54.154**	**53.574**	**(5.275)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.610	6.190	11.465
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	59.764	59.764	6.190

A DIRETORIA

-

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A **Planner Corretora de Valores S.A. (Corretora)** tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou por conta de terceiros.

A Corretora continua seguindo os objetivos estratégicos de negócios, com o intuito de voltar a obter lucratividade e consequente equalização de seus resultados por meio das seguintes principais ações: **(a)** avaliação da viabilidade econômica dos escritórios que representam a Corretora em diferentes cidades e regiões, com o intuito de reduzir custos ou até mesmo encerrar as atividades daqueles menos lucrativos; e **(b)** busca de novas receitas nos segmentos de administração, gestão e custódia de fundos de investimento, além de assessoria em operações estruturadas com ativos financeiros. Além disso, seus acionistas vêm efetuando, na medida da necessidade, aportes de recursos para manutenção dos índices de Basiléia em patamares superiores aos exigidos pelo Banco Central do Brasil e desenvolvimento, pela Administração, de um planejamento estratégico visando à reversão da situação financeira atual.

Com essas ações, a Administração espera reverter o quadro de prejuízo operacional apresentado nos últimos períodos e retornar ao patamar de geração de resultados positivos experimentado em anos anteriores.

Em 26 de junho de 2012, os sócios da Planner Corretora firmaram Acordo de Associação com os Controladores da Prosper S.A. Corretora de Valores e Câmbio (Prosper), instrumento esse que formalizou a estratégia de desempenho em conjunto das atividades relacionadas à corretagem, intermediação e distribuição de valores na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, câmbio, custódia, administração de carteiras e clubes de investimento, a partir da referida data. Em termos operacionais, a totalidade dos clientes de ambas as instituições passaram a ter suas operações intermediadas no âmbito da plataforma da Corretora, portanto, a carteira de clientes da Prosper, incluindo respectivas posições em custódia e saldo em conta corrente na data de 26 de junho de 2012, foram transferidas à Corretora.

Em 27 de agosto de 2013 foi firmado Termo de Acordo (Termo) da Corretora com a Prosper, por meio do qual foi declarado que as condições previstas no Acordo de Associação celebrado em 26 de junho de 2012 não se implementaram e, portanto, a associação entre as partes não se efetivou. Adicionalmente, a Prosper reconheceu neste Acordo que possui saldos a pagar para a Corretora, derivados principalmente de contingências trabalhistas de ex-funcionários da Prosper, e que tais saldos seriam reembolsados à Corretora, que segue normalmente com suas atividades, de forma isolada, sem qualquer ligação com a Prosper.

Estão consolidadas nas demonstrações do Conglomerado Prudencial as empresas:

1) Planner Corretora de Valores S.A.;
2) Planner Trustee D.T.V.M. Ltda.;
3) Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.;
4) Brazilian Royalties Cia Securitizadora de Creditos Financeiros;
5) Planner Ações Institucional RPPS Fundo de Investimento em Ações;
6) 49Booster Venture Builder FIP;
7) Planner Advanced Fundo de Investimento em Ações;
8) Essential FI Multimercado - Investimento no Exterior.

A **Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** (Distribuidora) tem como objetivo atuar no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome ou em nome de terceiros.

A **Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.** foi constituída em 31 de outubro de 2002, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 21 de março de 2003, e tem como objetivo conceder financiamentos e prestar garantias a pessoas físicas, a fim de viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e industrial, de pequeno porte, e a pessoas jurídicas classificadas como microempresas na forma da legislação e regulamentação em vigor.

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – Conglomerado Prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e apresentadas com as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução nº 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem elaborar e apresentar demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

a) Instituições financeiras;
b) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
c) Administradoras de consórcio;
d) Instituições de pagamento;
e) Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
f) Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos incisos de a) a e).
g) Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios também devem integrar as demonstrações contábeis consolidadas.

Em 13 de março de 2014, o Banco Central do Brasil emitiu a Circular nº 3.701, que determinou os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial a serem emitidas com o propósito específico de atender a Resolução CMN nº 4.280/13.Essas novas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial têm finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN.

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Corretora em 07 de abril de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e aplicações interfinanceiras com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações contábeis.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados nas categorias de acordo com a intenção da Administração: em negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados na categoria "Para negociação" são apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado, os classificados na categoria "Disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e os classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos contratados.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "Para negociação" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários, e na venda definitiva dos títulos, estes ajustes são transferidos para as respectivas contas de resultado do período.

De acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

e) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

É constituída com base na expectativa de perdas na realização de valores a receber de clientes pelas operações realizadas nos pregões da BM&FBOVESPA S.A., considerando os critérios mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

f) Negociação e intermediação de valores

Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

g) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear considerando as seguintes taxas de depreciação anuais: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens de uso.

i) Intangível

São representados principalmente por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, considerando a taxa anual de 20% a.a.

j) Valor de recuperação dos ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade das entidades de efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações contábeis.

k) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota;
- **Provisões**: são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R$ 240 no ano.

A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que alterou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Liquido (CSLL) das Instituições Financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de 01 de setembro de 2015, convertida pela Lei 13.169 de 6 de outubro de 2015.

m) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

4. Caixa e equivalente de caixa

	2016	2015
Disponibilidades	**2.627**	**145**
Caixa	9	9
Depósitos bancários	2.618	136
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**57.137**	**6.045**
Letras do Tesouro Nacional	57.137	6.045
Total caixa e equivalente de caixa	**59.764**	**6.190**

5. Aplicação interfinanceira de liquidez

	2016	2015
Aplicações no mercado aberto		
Letras do Tesouro Nacional - LTN **(a)**	57.137	6.045
Total	**57.137**	**6.045**

(a) Referem-se a operações de overnight com vencimento em até 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

6.1. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados com "títulos disponíveis para venda", demonstrados abaixo o valor de custo, de mercado e classificação por vencimento:

		2016		2015	
	Vencimento	Valor do custo	Valor de mercado	Valor do custo	Valor de mercado
Curto prazo		**10.296**	**9.608**	**7.410**	**6.303**
Carteira própria		**7.014**	**6.323**	**5.796**	**4.688**
Letras Financeiras do Tesouro	07/03/17 a 01/03/2018	1.402	1.402	1.808	1.808
Letras do Tesouro Nacional	01/01/2017	2	2	419	419
Certificado de Depósito Bancário	22/11/2017	93	93	-	-
Debêntures	-	128	128	122	97
Cotas de Fundos de Investimentos	-	1.217	1.217	35	35
Ações em Companhias Fechadas	-	955	947	-	-
Ações em Companhias Abertas	-	3.217	2.534	3.412	2.329
Vinculados a prestação de garantias		**3.282**	**3.285**	**1.614**	**1.615**
Letras Financeiras do Tesouro	07/03/17 a 07/09/2017	3.282	3.285	1.561	1.562
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	53	53
Longo Prazo		**28.194**	**28.207**	**41.228**	**41.249**
Carteira Própria		**4.209**	**4.210**	**25.605**	**25.616**
Letras Financeiras do Tesouro	07/09/2018 a 01/09/2022	3.876	3.877	24.669	24.680
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2019 a 15/08/2050	155	155	660	660
Letras do Tesouro Nacional	01/07/2019	2	2	-	-
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	79	79
Letras de Câmbio	22/01/2018	176	176	197	197
Vinculados a prestação de garantias		**23.985**	**23.997**	**15.623**	**15.633**
Letras Financeiras do Tesouro	07/09/2018 a 01/09/2021	22.824	22.836	13.706	13.714
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2019 a 15/05/2055	1.161	1.161	1.808	1.810
Certificado de Depósito Bancário	-	-	-	109	109
Total		**38.490**	**37.815**	**48.638**	**47.552**

Os valores de mercado das ações de companhias abertas e dos títulos públicos e privados foram apurados, respectivamente, com base no preço de fechamento na BM&FBOVESPA S.A. no último pregão antes do encerramento do semestre e no preço médio e nas taxas de juros divulgados pela ANBIMA no último pregão antes do encerramento do período.

As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil do semestre.

Os demais títulos foram apurados pelo preço médio de negociação, ou quando não disponível, a Administração da Corretora adota parâmetro para cálculo do valor de mercado, obtido mediante técnica interna de precificação.

As ações de companhias abertas estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Os títulos públicos estão custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), respectivamente.

6.2. Resumo das exposições com instrumentos financeiros derivativos

A Corretora participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias ou de seus clientes, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os riscos são administrados por meio de sistemas de controles, estabelecimento de estratégia de operação, determinação de limites e monitoramento constante das posições assumidas.

Em 31 de dezembro de 2016, não havia posição em aberto com operações próprias de instrumentos financeiros derivativos. E, em 31 de dezembro de 2015, havia posição em aberto com operações de instrumentos financeiros derivativos, conforme saldos abaixo:

	2015	
	Ativo	**Passivo**
Compras de opções de compra	1.102	-
Total - circulante	**1.102**	**-**

6.3. Margens de garantia

As margens de garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. montam a R$ 27.282 (R$ 17.248 em 2015).

7. Negociação e intermediação de valores

	2016		2015	
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Caixas de registro e liquidação	9.153	168	4.850	366
Devedores/Credores - conta liquidações pendentes **(a)**	1.965	89.829	4.824	45.089
Comissões/ corretagens a pagar	-	-	-	30
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	-	953	-	2.030
Outros créditos por negociação e intermediação de valores	100	463	750	363
Total - circulante	**11.218**	**91.413**	**10.424**	**47.878**

(a) Referem-se, principalmente, a valores a receber e a liquidar com clientes e instituições do mercado pelas operações realizadas nos últimos pregões da BM&FBOVESPA S.A., cuja liquidação ocorrerá em até 3 dias úteis.

8. Outros créditos

8.1. Rendas a receber - estão representadas pelas corretagens e comissões a receber na intermediação de operações e negócios, no valor de R$ 8.440 (R$ 6.017 em 2015).

8.2. Diversos:

	2016	2015
Curto Prazo		
Impostos a compensar	799	495
Adiantamentos e antecipações salariais	67	82
Adiantamentos p/ pagamento nossa conta	-	40
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	85
Valores a receber de sociedades ligadas	-	119
Interposição de recursos trabalhistas	-	14
Saldos a serem reembolsados pela Prosper **(a)**	662	662
Devedores diversos – País **(b)**	1.316	1.055
Total - curto prazo	**2.844**	**2.552**
Longo Prazo		
Incentivos Fiscais	2	2
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais **(c)**	5.396	4.944
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas	69	14
Devedores por depósitos em garantia - outros recursos (d)	1.471	1.396
Total - longo prazo	**6.938**	**6.356**

(a) Inclui saldos a receber de clientes que vieram da carteira Prosper devido ao Acordo de Associação (nota explicativa nº 1), no montante de R$ 97; e, a saldos a receber de bloqueio judicial de ações trabalhistas de ex-funcionários da Prosper no montante de R$ 565;

(b) Refere-se, substancialmente, a valores a receber referente despesas pagas a Fundos, Clubes e Debenturistas no montante de R$ 932 (R$ 672 em 2015);

(c) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais de processos de natureza tributária. Em dezembro de 2016 a Corretora apresenta um montante de R$ 5.396 (4.944 em 2015), relacionados a seguir:

(i) **Depósito Judicial** – Intimações Secretaria da Receita Federal IRPJ 2005/07 no montante de R$ 2.263 (R$ 2.074 em 2015);

(ii) **Depósito Judicial** – Intimações Secretaria da Receita Federal CSLL 2005/07 no montante de R$ 1.076 (R$ 987 em 2015);

(iii) **Depósito Judicial** – Intimações Secretaria da Receita Federal 2007 (COMP PREJ) no montante de R$ 1.847 (R$ 1.673 em 2015);

(iv) **Depósito Judicial** – Intimações Secretaria da Receita Federal ISS (PROCESSO PREF. RJ) no montante de R$ 210.

(d) O valor refere-se a bloqueios judiciais na conta da Corretora, decorrentes de processos que pessoas físicas fizeram contra o FIDC Atlântico que possuem títulos em seu nome cedido por alguma instituição ao FIDC, pois entendem que a dívida não é para o FIDC e sim da instituição em que fez a dívida. Assim o juiz quando julga a ação, bloqueia o valor cobrado na conta corrente da Corretora, por eles serem os Administradores do Fundo, e quando da ocorrência do fato é solicitado ao FIDC o devido valor bloqueado. Existem também alguns saldos que se referem a processos judiciais trabalhistas que vieram com a Prosper (NE.1), porém tais valores são cobrados da Prosper.

8.3. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa:

	2016	2015
Provisão de valores a receber de clientes	-	64
Provisão de serviços prestados a receber	457	346
Provisão de valores a receber Prosper - clientes	97	97
Provisão de valores a receber Funterra – CCI Voges	245	245
Provisão de valores a receber de câmbio	5	-
Provisão de valores a receber de despesas com leilão	66	33
Total - curto prazo	**870**	**785**

9. Investimentos

São representados por:

	2016	2015
Participações em coligadas e controladas	38	123
Título patrimonial da Bolsa Brasileira de Mercadorias	45	45
Total	**83**	**168**

10. Imobilizado de uso

	2015			2015
	Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso				
Instalações	733	(672)	61	123
Móveis e equipamentos de uso	1.151	(1.047)	104	173
Comunicação e processamento de dados, transporte e segurança	2.566	(2.276)	289	433
Total	**4.450**	**(3.995)**	**455**	**729**

11. Intangível

O ativo intangível está composto, principalmente, por gastos de organização e por softwares, no montante líquido de amortização de R$ 13 (R$ 3 em 2015).

	2016			2015
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Intangível	**248**	**(110)**	**138**	**3**
Software	248	(110)	138	3

12. Outras obrigações

12.1. Sociais e estatutárias

- **Passivo circulante**

	2016	2015
Outras obrigações		
Provisão de PLR para empregados	-	450
Sociais e estatutárias	**-**	**450**

12.2. Fiscais e previdenciárias

- **Passivo circulante**

	2016	2015
Outras obrigações		
Impostos e contribuições a recolher **(a)**	4.237	3.762
Impostos e contribuições diferidos	7	-
Fiscais e previdenciárias	**4.244**	**3.762**

(a) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a Corretora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido nas Leis nºs 11.941/09, 14.129/06, Decreto nº 50.512/09 e legislações posteriores, que requer o cumprimento de diversas etapas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil - RFB, que incluem, principalmente, a apresentação de informações, o pedido de extinção dos processos de débitos inscritos na Dívida Ativa da União e a homologação/consolidação da modalidade de parcelamento pela RFB.

Em 31 de dezembro de 2016 a Corretora e a DTVM não haviam concluído todo o processo de adesão ao REFIS, porém a Administração em conjunto com seus assessores legais, avaliou como provável o desfecho desse processo.

12.3. Diversas

▪ Passivo circulante

	2016	2015
Diversas	**4.248**	**4.171**
Obrigações P/aquis.de Bens e Direito	55	-
Despesas de Pessoal	1.160	1.068
Provisão de outras despesas administrativas	1.184	1.299
Credores diversos – país	1.798	1.792
Valores a Pagar Soc.Ligadas	39	-
Outros passivos	12	12
Passivo não circulante		
Diversos	**3.704**	**3.186**
Provisão para demandas judiciais **(a)**	3.704	3.186

(a) Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião da Administração com suporte de seus assessores jurídicos, como risco de perda provável são provisionados na rubrica Provisão para passivos contingentes. Em 31 de dezembro de 2016 a Corretora apresenta o montante R$ 3.704 (R$ 3.186 em 2015), relacionadas a seguir:

(i) Reclamações trabalhistas no montante de R$ 1.608 (R$ 1.265 em 2015), decorrente substancialmente de processos de ex-colaboradores da Prosper (conforme nota explicativa nº 12.5);
(ii) Reclamações cíveis no montante de R$ 39 (R$ 36 em 2015);
(iii) Cobrança de valores decorrente de intimação da Secretaria da Receita Federal, adquiridas em função de processo de compensação de prejuízo fiscal no montante de R$ 1.847 (R$ 1.675 em 2015);
(iv) Processo de ISS da Prefeitura do RJ referente o exercício de 2008 no montante de R$ 210.

12.4. Passivos contingentes – perdas possíveis

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2016, estes processos de natureza trabalhista e cível, totalizam R$ 30.512 (R$ 35.341 em 2015).

12.5. Processos trabalhistas de ex-funcionários da Prosper

A Corretora foi citada em processos de natureza trabalhista, por ex-colaboradores da Prosper, e classificadas com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável no montante de R$ 1.265. Estes valores deverão ser reembolsados pela Prosper à Corretora.

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital social

O capital social de R$ 32.954, está representado por:

- Planner CV S.A. = R$ 30.287, dividido por 7.000 ações nominativas;
- Planner Trustee DTVM Ltda = R$ 1.567, dividido por 3.720.000 cotas;
- Planner SCM S.A. = R$ 1.100, dividido por 1.100.000 ações ordinárias;
- Brazilian Royalties Securitizadora Creditos Financeiros = R$ 500, dividido em 500.000 ações, e está classificado como capital a realizar.

13.2. Juros de capital próprio

Em 2016 foi pago juros sobre capital próprio no montante de R$1.246, em 2015 não houve pagamento, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

14. Partes relacionadas

14.1. Transações com partes relacionadas

A Corretora possui como parte relacionada os valores a receber, conforme descrito a seguir:

	2016	2015
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Planner Holding Financeira S.A.	(39)	120
Brazilian Royalties Cia Securitizadora de Créditos Financeiros	4	-
Credores conta de liquidação pendente – Diretores e acionistas	(24)	-

14.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 1.921 (R$ 2.020 em 2015), a qual é considerada benefício de curto prazo.

15. Receitas de prestação de serviços

	2016	2015
Rendas de administração de fundos	15.132	15.120
Rendas de assessoria técnica	15.634	6.474
Rendas de comissão e colocação de títulos	1.805	1.954
Rendas de corretagem de câmbio	1.030	1.038
Rendas de corretagem de operações em bolsa	16.663	14.581
Rendas de outros serviços	3.470	1.607
Total	**53.734**	**40.774**

16. Despesas de pessoal

	2016	2015
Proventos	(8.602)	(7.251)
Encargos sociais	(3.315)	(2.787)
Benefícios	(2.413)	(2.046)
Honorários da diretoria e administração	(1.921)	(2.020)
Outras despesas	(89)	(124)
	(16.340)	**(14.228)**

17. Outras despesas administrativas

	2016	2015
Despesas com água e energia	(431)	(482)
Despesas com aluguéis	(2.714)	(2.958)
Despesas com comunicações	(775)	(893)
Despesas de manutenção e conservação	(659)	(622)
Despesas com material	(204)	(149)
Despesas com processamento de dados	(8.119)	(7.189)
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	(391)	(436)
Despesas com propaganda e publicidade	(73)	(193)
Despesas com publicação	(98)	(78)
Despesas com serviços bancários e custódia	(1.142)	(1.213)
Despesas com consultoria	(12.120)	(10.413)
Despesa com serviços técnicos especializados	(10.090)	(6.602)
Despesas de transporte	(84)	(64)
Despesas com viagem	(415)	(254)
Despesas com depreciação e amortização	(428)	(440)
Outras despesas administrativas	(1.749)	(1.727)
Outras despesas diversas	(61)	(63)
Total	**(39.553)**	**(33.776)**

18. Despesas tributárias

	2016	2015
Impostos sobre serviços – ISS	(2.079)	(1.418)
Contribuição ao COFINS	(2.628)	(2.040)
Contribuição ao PIS	(427)	(331)
IRPJ/CSLL – Incorporação das Bolsas **(a)**	-	(12.529)
ISS Prefeitura RJ	-	(210)
Outras despesas tributárias	(872)	(366)
Total	**(6.006)**	**(16.894)**

(a) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei n° 13.097/15 que converteu a Medida Provisória n° 656/14 na qual foi introduzido uma relevante modificação que impacta na ação de impugnação da Corretora perante o ganho incorrido no evento de venda das ações provenientes do processo do processo da BMF S.A. e Bovespa Holding S.A. Dentro deste novo contexto, considerando os substanciais benefícios incluídos nesta nova Lei, a Administração da Corretora decidiu optar pelo cancelamento da referida ação de impugnação e reconhecer a obrigação tributária de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido relativamente ao obtido no evento em questão. Com isso, a Corretora obteve um desconto de R$60.657 sobre o total atualizado dos tributos devidos e efetuou a liquidação financeira do saldo restante em 03 de fevereiro de 2015 no montante de R$ 5.212 mil, que é composto conforme a seguir:

	2015
Saldo a pagar	65.869
Remissão/ Desconto	(53.340)
IRPJ/CSLL – Incorporação das Bolsas	**(12.529)**
Crédito Tributário – Ativo Fiscal Diferido	(7.317)
Total pago em 03/02/2015	**(5.212)**

19. Outras rendas operacionais

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	384	278
Variações monetárias ativas	17	46
Variações cambiais ativas **(a)**	-	220
Atualização de depósitos judiciais	465	421
Reversão de provisões de contingências	-	416
Outras	484	244
Total	**1.350**	**1.625**

(a) Referia-se à variação cambial dos “Eurobonds” e “Moneys Market”

20. Outras despesas operacionais

	2016	2015
Variação cambial passiva	(58)	-
Ajustes operacionais	(223)	(49)
Atualização de passivos contingentes	(173)	(197)
Acordo na câmara arbitral	-	(1.110)
Outras	(508)	(46)
Total	**(962)**	**(1.402)**

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social está assim representado:

	2016		2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração de IR/CS				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	3.463	3.463	(15.390)	(15.390)
(-) Juros sobre Capital Próprio	(1.246)	(1.246)	-	-
(-) Participações nos lucros	(641)	(641)	(980)	(980)
Base de cálculo	**1.576**	**1.576**	**(16.370)**	**(16.370)**
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	650	650	291	291
Despesas de marcação ao mercado	530	530	-	-
Atualização de passivos fiscais contingentes	173	173	197	197
Provisão para devedores duvidosos	370	370	119	119
Provisão de passivos contingentes cíveis	2	2	12	12
Provisão de passivos contingentes trabalhistas	343	343	12	12
Provisão de passivos contingentes fiscais – ISS RJ	-	-	210	210
IRPJ/CSLL – Incorporação das Bolsas	-	-	12.529	12.529
Provisões de participação nos lucros	-	-	599	599
Dividendos recebidos	(14)	(14)	(9)	(9)
Receitas de marcação ao mercado	(133)	(133)	(747)	(747)
Atualização de depósitos judiciais	-	-	(422)	(422)
Resultado de equivalência patrimonial	85	85	(38)	(38)
Atualização de Depósitos Judiciais	(465)	(465)	-	-
(Reversão) provisão de participação nos lucros	(450)	(450)	(149)	(149)
(Reversão) provisão para devedores duvidosos	(297)	(297)	(182)	(182)
(Reversão) contingência trabalhista	-	-	(188)	(188)
(Reversão) contingência cível	-	-	-	-
Lucro real	**2.370**	**2.370**	**(4.136)**	**(4.136)**
(-) Compensação de prejuízo fiscal – 30%	(751)	(751)	-	-
Total após a compensação de prejuízos	**1.619**	**1.619**	**(4.136)**	**(4.136)**
Encargos de 15% IR/ CS + Adicional de 10% de IR	(420)	(359)	(47)	(52)
(-) Incentivos Fiscais (PAT)	10	-	-	-
Ativo Fiscal Diferido (a)	**-**	**-**	**4.461**	**2.857**
Total	**(410)**	**(359)**	**4.414**	**2.805**

(a) No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 a Corretora utilizou prejuízos fiscais para liquidar as contingências com a Receita Federal do Brasil no montante de R$ 17.842.

Adicionalmente utilizou a base negativa de contribuição social no montante de R$ 19.046, conforme a seguir demonstrado:

	2015	2015
	IRPJ	CSLL
Prejuízo Fiscal utilizado	17.842	19.046
Encargos de 25% IR	4.461	-
Encargos de 15% CS	-	2.857
Crédito Tributário – Ativo Fiscal Diferido	**4.461**	**2.857**

22. Responsabilidades

A Corretora é responsável pela Administração de carteiras de particulares, de clubes e fundos de investimento, cujo valor de patrimônio líquido na data do balanço era R$ 16.536.788 (R$ 15.175.824 em 2015).

23. Gerenciamento da estrutura de capital

Visando o atendimento à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Banco Central do Brasil, a Corretora, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.380, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure. Em junho de 2007, a Diretoria aprovou um conjunto de medidas que foram implementadas durante o segundo semestre de 2007, para garantir o completo alinhamento da Instituição ao disposto na Resolução.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 3.464/07 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

Risco de liquidez

Visando o atendimento a Resolução nº 4090 de maio de 2012 do Banco Central do Brasil, a Corretora adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos. Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização.

24. Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais.

O Índice calculado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 é de 20,76% (21,90% em 2015).

25. Eventos subsequentes

Com os efeitos da cisão da Planner Holding S.A., controladora da Planner Trustee Distribuidora Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A. e Planner Corretora de Valores S.A., foi criada a Planner Holding II S.A., que passa a ser a controladora da Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., passando a Planner Holding S.A. a controlar apenas a Planner Corretora de Valores S.A., e a Planner Sociedade Crédito ao Microempreendedor S.A. Parte do quadro de colaboradores do então conglomerado foram migrados para a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., processo este que está em fase de aprovação perante o Banco Central.

A Diretoria	**Reinaldo Dantas** **Contador CRC 1 SP 110330/O-6**